

Clipping



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE GOIÁS

Notícias do dia 06 de agosto

OS investigada pela Polícia Federal foi desclassificada em disputa por gestão da Policlínica de Posse

Felipe Cardoso

A organização social Pró-Saúde - que se encontra sob investigação da Polícia Federal (PF) - atua como uma associação beneficente de assistência social e hospitalar e disputou, no início deste ano, a gestão da policlínica de Posse, no nordeste goiano.

No entanto, a OS terminou desclassificada ainda na primeira fase do certame. Ao Jornal Opção o governo do Estado explicou que a OS sequer poderia participar da disputa devido aos problemas enfrentados junto ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)**.

O imbróglio é referente a prestação de contas em gestões anteriores. Vale lembrar que a entidade foi gestora do Hospital de Urgências da Região Sudoeste (Hurso) entre os anos de 2010 a 2017, durante os mandatos dos ex-governadores Alcides Rodrigues e Marconi Perillo.

À época, tal contrato de prestação de serviço terminou suspenso por uma recomendação do próprio **TCE** que desconfiava de irregularidades na gestão da entidade. Atualmente, a OS ainda mantém alguns contratos no Estado, firmados com o Hospital de Caridade São Pedro d'Alcântara, na cidade de **Goiás**, e com o Pio X, em Ceres.

A Polícia Federal investiga, agora, os contratos firmados entre a OS e o Hurso, bem como a Junta Comercial Goiana (Juceg) e Fundação Nacional de Saúde (Funasa/Fiocruz).

Apuração

As autoridades chegaram aos alvos a partir de uma delação feita por ex-diretores da Pró-Saúde. O Ministério Público Federal (MPF) diz que a propina era repassada na intenção de que os receptores pudessem usar suas influências para interceder em prol da entidade e realizar o direcionamento de contratos.

Os procuradores sustentam que gestores da OS instituíram um esquema de geração de "caixa 2" na sede da Pró-Saúde. Os suspeitos deram então continuidade ao esquema intermediando os interesses dos ex-diretores da entidade.

A investigação da PF culminou na prisão do ex-ministro e secretário de Transportes do Estado de São Paulo, Alexandre Baldy (PP); do ex-presidente da Junta Comercial do Estado de **Goiás** (Juceg), Rafael Lousa (PSDB); e um pesquisador da Fiocruz, Guilherme Franco Netto.

Baldy, especificamente, é suspeito de participar do esquema antes de assumir a secretaria do governador João Dória, quando era deputado federal por **Goiás**.

Site: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/os-investigada-pela-policia-federal-foi-desclassificada-em-disputa-por-gestao-da-policlinica-de-posse-273213/>

OS investigada na Operação Dardanários recebeu R\$ 223 milhões do governo de Goiás

06/08/2020 - 10:52

Hurso, localizado em Santa Helena de Goiás (Foto: Sebastião Nogueira)

O organização social Pró-Saúde (Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar) recebeu R\$ 223,5 milhões do **governo de Goiás** no contrato para gestão do Hospital de Urgências da Região Sudoeste (Hurso), citado na operação Dardanários, que prendeu nesta quinta-feira (6) o ex-deputado federal goiano Alexandre Baldy, presidente do PP estadual e secretário de Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo, e o ex-presidente da Junta Comercial de Goiás (Juceg) Rafael Lousa (PSDB).

A entidade foi gestora no Hurso, localizado em Santa Helena de Goiás, de 2010 a 2017 (gestões de Alcides Rodrigues e Marconi Perillo), quando foi substituída após recomendações do **Tribunal de Contas do Estado** e da **Controladoria Geral do Estado**, por suspeitas de irregularidades e descumprimento do contrato. O levantamento dos repasses foi feito pelo blog no Portal da Transparência do **governo de Goiás**.

Segundo as primeiras informações da operação, autorizada pelo juiz federal Marcelo Bretas, do Rio de Janeiro, em desdobramento da Lava Jato, ex-diretores da OS afirmaram, em delação premiada, que havia esquema de pagamento de vantagens indevidas a agentes públicos em troca de favorecimentos em contratos da entidade. De acordo com o Ministério Público Federal, eles citaram o contrato com o **governo de Goiás** e favorecimento na Juceg.

Respostas

A Pró-Saúde disse que está colaborando. "A Pró-Saúde informa que, desde 2017, tem colaborado de forma irrestrita com as investigações e vem adotando ações para o fortalecimento de sua integridade institucional."

Em nota, a assessoria de Baldy afirmou que a prisão é desnecessária e exagerada. Leia nota da defesa do secretário de SP:

Alexandre Baldy tem sua vida pautada pelo trabalho, correção e retidão. Foi desnecessário e exagerado determinar uma prisão por supostos fatos de 2013, ocorridos em Goiás, dos quais Alexandre sequer participou.

Alexandre sempre esteve à disposição para esclarecer qualquer questão, jamais havendo sido questionado ou interrogado, com todos os seus bens declarados, inclusive os que são mencionados nesta situação. A medida é descabida e as providências para a sua revogação serão tomadas.

A Juceg disse que as investigações dizem respeito a contratos firmados ainda na gestão do ex-governador Marconi Perillo e esclarece que não foi alvo de buscas. Leia na íntegra:

Nota de esclarecimento

Em relação a Operação Dardanários, que foi deflagrada na manhã desta quinta-feira (6/8), pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, e que culminou na prisão do ex-presidente da Junta Comercial do Estado de Goiás Rafael Lousa, dentre outros detidos, a Juceg esclarece que tratam-se de contratos firmados na gestão do ex-governador Marconi Perillo, datados do anos de 2013, com a Fundação de Apoio Fiotec.

A Juceg esclarece ainda que não foi alvo de nenhum mandado por parte da PF e tampouco por parte do MPF na data de hoje e que há, em vigência, desde 2019, quando a nova gestão do **Governo de Goiás** assumiu, 25 contratos atuais com empresas, nenhuma delas citadas na operação.

Por fim, ressaltamos que a atual gestão da Juceg, em consonância com o atual Governo do Estado, não coaduna com direcionamento de contratos ou qualquer outra atividade ilícita, pautando todos os seus atos pela transparência, legalidade e impessoalidade.

Junta Comercial do Estado de Goiás

O advogado de Lousa, Tadeu Bastos, disse ao POPULAR que seu cliente não tem relação alguma com qualquer contratação irregular ou ilegal de qualquer serviço prestado. "Ele respondeu todas as perguntas apresentadas pelo delegado de polícia, contribuiu apresentando o celular com todas as senhas e disse que seu nome foi envolvido de forma equivocada", explicou.

O governo de São Paulo frisou que a investigação não tem a ver com a gestão estadual. "Os fatos que levaram as acusações contra Alexandre Baldy não têm relação com a atual gestão no Governo de São Paulo. Portanto, não há nenhuma implicação na sua atuação na Secretaria de Transportes Metropolitanos. Na condição de Governador de São Paulo, tenho convicção de que Baldy saberá esclarecer os acontecimentos e colaborar com a Justiça."

Site: <https://www.opopular.com.br/noticias/politica/blog-fabiana-pulcineli/os-investigada-na-opera%C3%A7%C3%A3o-dardan%C3%A1rios-recebeu-r-223-milh%C3%B5es-do-governo-de-goi%C3%A1s-1.2097939>

OS investigada pela Polícia Federal foi desclassificada em disputa por gestão da Policlínica de Posse

Governo do Estado explicou que a OS alvo da Operação Dardanários deflagrada nesta quinta-feira, 6, sequer poderia participar da disputa devido aos problemas enfrentados junto ao **TCE**

A organização social Pró-Saúde - que se encontra sob investigação da Polícia Federal (PF) - atua como uma associação beneficente de assistência social e hospitalar e disputou, no início deste ano, a gestão da policlínica de Posse, no nordeste goiano.

No entanto, a OS terminou desclassificada ainda na primeira fase do certame. Ao Jornal Opção o governo do Estado explicou que a OS sequer poderia participar da disputa devido aos problemas enfrentados junto ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)**.

O imbróglio é referente a prestação de contas em gestões anteriores. Vale lembrar que a entidade foi gestora do Hospital de Urgências da Região Sudoeste (Hurso) entre os anos de 2010 a 2017, durante os mandatos dos ex-governadores Alcides Rodrigues e Marconi Perillo.

À época, tal contrato de prestação de serviço terminou suspenso por uma recomendação do próprio **TCE** que desconfiava de irregularidades na gestão da entidade. Atualmente, a OS ainda mantém alguns contratos no Estado, firmados com o Hospital de Caridade São Pedro d'Alcântara, na cidade de **Goiás**, e com o Pio X, em Ceres.

A Polícia Federal investiga, agora, os contratos firmados entre a OS e o Hurso, bem como a Junta Comercial Goiana (Juceg) e Fundação Nacional de Saúde (Funasa/Fiocruz).

As autoridades chegaram aos alvos a partir de uma delação feita por ex-diretores da Pró-Saúde. O Ministério Público Federal (MPF) diz que a propina era repassada na intenção de que os receptores pudessem usar suas influências para interceder em prol da entidade e realizar o direcionamento de contratos.

Os procuradores sustentam que gestores da OS instituíram um esquema de geração de "caixa 2" na sede da Pró-Saúde. Os suspeitos deram então continuidade ao esquema intermediando os interesses dos ex-diretores da entidade.

A investigação da PF culminou na prisão do ex-ministro e secretário de Transportes do Estado de São Paulo, Alexandre Baldy (PP); do ex-presidente da Junta Comercial do Estado de **Goiás** (Juceg), Rafael Lousa (PSDB); e um pesquisador da Fiocruz, Guilherme Franco Netto.

Baldy, especificamente, é suspeito de participar do esquema antes de assumir a secretaria do governador João Doria, quando era deputado federal por **Goiás**.

Fonte

Site: <https://portalnettoeis.com.br/2020/08/06/os-investigada-pela-policia-federal-foi-desclassificada-em-disputa-por-gestao-da-policlinica-de-posse/>